
Deslocamento e expropriação na Tanzânia: como a “conservação” está destruindo os Maasai

Nos últimos 80 anos, no norte da Tanzânia, os Maasai foram deslocados, e tiveram expropriadas suas terras, seus meios de subsistência e muito mais – tudo sob o disfarce da “conservação”. Este artigo traça as origens dessa expropriação por meio de suas lutas atuais, convocando à solidariedade internacional.

“Estima-se que metade das áreas protegidas do mundo tenha sido estabelecida em terras tradicionalmente ocupadas e usadas por povos indígenas.” – Victoria Tauli-Corpuz, Relatora Especial da ONU sobre os Direitos dos Povos Indígenas (1).

Hoje em dia, o nome do Parque Nacional de Serengeti é conhecido de muitas pessoas em todo o mundo, evocando imagens da grande migração de gnus, deslumbrantes paisagens de savana e acácias emblemáticas. Porém, há séculos, a região é o lar de pastores, incluindo os indígenas Maasai. Apesar do longo histórico de coabitação e gestão da terra, nos últimos 80 anos, no norte da Tanzânia, os Maasai têm enfrentado reassentamentos, despejos forçados, marginalização, violência e opressão permanente – tudo em nome da conservação. (2)

As origens do Parque Nacional de Serengeti remontam a 1940, quando o governo colonial britânico aprovou uma Lei de Caça para proteger a vida selvagem na região. (3) Embora restringisse o assentamento e o uso da terra, a lei isentava pessoas nascidas ou que residissem no parque e, inicialmente, não tinha impacto sobre os Maasai. (4)

Porém, nos anos seguintes à sua criação, **a pressão para que se restringisse ainda mais a atividade humana aumentou, inclusive por parte de grupos internacionais de conservação, como a União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN) e a Sociedade Zoológica de Frankfurt.** (5) Em 1957, uma “Comissão de Inquérito” liderada pela Grã-Bretanha sugeriu a divisão do que então era o Parque Nacional de Serengeti em duas regiões. Uma delas se tornaria o Parque atual, onde seria proibida qualquer habitação humana, inclusive por parte dos Maasai. (6) A segunda ficaria conhecida como Área de Conservação de Ngorongoro (ACN) e foi proposta com uma área com múltiplos usos para a terra: conservar recursos naturais, proteger os interesses dos grupos indígenas e promover o turismo. (7)

Para aplicar esses planos, **o governo colonial precisava convencer os Maasai, que haviam vivido no Serengeti durante séculos, a desocupá-lo.** Eles receberam a promessa de que, em troca de sair das planícies, poderiam habitar a recém-formada ACN e, entre outras coisas, seriam desenvolvidos melhores recursos hídricos. (8) Eles acabaram aceitando e suas promessas de desocupar o Serengeti foram sacramentadas em duas leis aprovadas em 1959, mas as promessas dos britânicos coloniais nunca foram registradas em lei, e sim feitas verbalmente. (9)

Nos anos seguintes, as **organizações internacionais de conservação intensificaram seus esforços para controlar e influenciar a região do Serengeti.** Em 1961, em meio a temores de que a independência da África interromperia os projetos coloniais de conservação, a IUCN, com

financiamento da UNESCO e da FAO, patrocinou uma conferência internacional de conservação em Arusha, na Tanzânia. (10) Um relatório elaborado pela IUCN na conferência expressava esses receios: “Uma avaliação imparcial dos problemas mundiais de conservação da vida selvagem levou a IUCN à conclusão de que o ritmo acelerado de destruição da fauna, da flora e dos habitats selvagens na África ... era o problema de conservação mais urgente da época ... Esses recursos de fauna e flora, grandes e únicos, poderiam se esgotar apenas porque os povos indígenas não haviam demonstrado adequadamente os métodos para manter os máximos benefícios econômicos e culturais deles.” (11) O resultado da conferência foi o Manifesto de Arusha, que, entre outras coisas, criou um papel específico para organizações internacionais de conservação no fornecimento de conhecimentos técnicos para planejamento e gestão de áreas de conservação em toda a África. (12) **Esses grupos pressionaram para aumentar as restrições ao cultivo, à pastagem e ao movimento dentro da Área de Conservação de Ngorongoro (ACN). Ao longo da década de 1960, a aplicação dessas regras foi intensificada, incluindo prisões dos Maasai, aplicação de multas e confisco de suas propriedades.** (13)

Os anos 1970 testemunharam mais “vitórias” dos conservacionistas. A Lei de Conservação da Vida Selvagem de 1974 proibiu o pastoreio de gado sem autorização em reservas de caça (grandes áreas onde se podem caçar animais selvagens por esporte) – restrições que acabariam marginalizando os Maasai. (14) A Emenda de 1975 proibiu todas as formas de cultivo na ACN, (15) o que significou um duro golpe nos Maasai, cujas subsistência e segurança alimentar dependeram, durante séculos, da agricultura de subsistência combinada com o pastoreio. (16) E em 1979, sem consulta nem consentimento dos Maasai, a ACN foi classificada como Patrimônio Mundial da UNESCO, aumentando as pressões pela conservação. (17)

Essas ações, juntamente com a marginalização e o silenciamento contínuos dos Maasai nos processos de governança da ACN (18), tiveram um impacto intenso, causando-lhes morte e fome nos anos seguintes. (19) Essas ações também estabelecem as bases para a repressão que continua atormentando os Maasai hoje em dia, e tudo em nome da conservação.

Por parte das organizações e dos grupos de conservação internacionais, em 2010, foi concedida à região de Ngorongoro a designação adicional de Patrimônio da UNESCO, mais uma vez, sem consulta aos Maasai e sem seu consentimento livre, prévio e informado. Conforme detalhado em um artigo de William Olenasha em 2014, **o legado e as ações da UNESCO, da IUCN e de outros continuam representando um desastre para os Maasai.** (20)

O governo da Tanzânia também deu continuidade ao legado colonial de marginalização, recusando-se a identificar os Maasai como indígenas, (21) continuando a aprovação de leis que os prejudicam e levando a cabo numerosos despejos violentos de suas aldeias na última década. (22) **Um dos mais recentes ocorreu em agosto de 2017, que teria danificado 5.800 casas e deixado 20.000 desabrigados.** (23) Essas expulsões levaram a uma ação corajosa por parte de quatro aldeias Maasai que, em setembro de 2017, processaram o governo da Tanzânia no Tribunal de Justiça da África Oriental (EACJ, na sigla em inglês) para tentar garantir definitivamente os direitos daquele povo à sua terra. Embora uma liminar recente concedida pelo EACJ aos Maasai seja uma notícia positiva, (24) concretamente há relatos de que o governo repetidamente violou essa ordem, o que continua a lhes causar danos. (25)

Nas últimas décadas, **outro ator surgiu na difícil situação dos Maasai: as empresas de turismo de safári.** Representando 17,5% do PIB do país e 25% de suas receitas em moeda estrangeira em 2016/17, (26) o turismo é muito poderoso na Tanzânia. Conforme detalhado em um relatório recente do Instituto Oakland, duas empresas de safári tiveram um impacto particularmente negativo sobre os

Maasai: a Tanzania Conservation Limited, pertencente ao mesmo casal que possui a premiada Thomson Safaris, de Boston, e a Ortello Business Corporation (OBC), com sede nos Emirados Árabes Unidos. (27) As acusações feitas às duas empresas incluem a de que **os Maasai tiveram negado o acesso a áreas vitais para pastar e beber, enfrentam intimidação e violência por parte da polícia, que às vezes é chamada pelas empresas e, no caso da OBC, que há a colaboração entre forças do governo da Tanzânia e seguranças da empresa para expulsar violentamente as comunidades Maasai.** (28)

O impacto atual dessa chamada “conservação” sobre os Maasai tem sido desastroso. Com restrições permanentes ao pastoreio e ao cultivo, a desnutrição ameaça muitos deles. (29) **Os despejos têm continuado, com o uso de intimidação, assédio e violência ??pelo governo da Tanzânia contra quem resiste e se manifesta.** (30) Enquanto isso, mais de um milhão de turistas de todo o mundo visitam o país todos os anos para admirar a flora, a fauna e as paisagens que foram protegidas pelos Maasai e estiveram integradas à sua vida durante séculos. (31)

Embora a história dos Maasai seja devastadora, talvez a maior tragédia seja o fato de que ela é muito comum a grupos indígenas de todo o mundo. Como observou a Relatora Especial da ONU para os Direitos dos Povos Indígenas, Victoria Tauli-Corpuz, “por mais de um século, a conservação foi levada a cabo com o objetivo de evacuar toda a presença humana das áreas protegidas, gerando destruição cultural e grandes deslocamentos de povos indígenas de suas terras ancestrais em nome dessa conservação.” (32) Isso aconteceu com a anuência de organizações de conservação, governos, entidades multilaterais como a UNESCO e hoje, também, empresas de turismo.

Mas a história ainda não acabou. Embora o governo da Tanzânia siga priorizando o apoio a grupos como a Ortello Business Corporation, que usa a região de Ngorongoro como sua área pessoal de caça, **os Maasai continuam fazendo não apenas o manejo da terra, mas também sua corajosa campanha pelos direitos a suas terras, suas vidas, seus meios de subsistência e sua cultura.** Chegou a hora de o resto do mundo – principalmente governos coloniais que se tornaram doadores, organizações conservacionistas e empresas de safári – apoiar essas campanhas e honrar os verdadeiros cuidadores da ampla região de Serengeti: os Maasai.

Elizabeth Fraser, efraser@oaklandinstitute.org
Analista Sênior de Políticas, The Oakland Institute

Este artigo se baseia no relatório do Oakland Institute, “Losing the Serengeti: The Maasai Land that Was to Run Forever”. Para obter informações completas, citações e a documentação que o acompanha, consulte: Mittal, A. and E. Fraser [Losing the Serengeti: The Maasai Land that Was to Run Forever](#). The Oakland Institute, 2018. (acessado em 22 de janeiro de 2019).

(1) Tauli-Corpuz, V. [Rights of Indigenous Peoples: Report of the Special Rapporteur of the Human Rights Council on the rights of indigenous peoples](#). United Nations General Assembly, A/71/229, 29 de julho de 2016 (acessado janeiro 2019).

(2) Para mais informações, veja: Mittal, A. and E. Fraser. [Losing the Serengeti: The Maasai Land that Was to Run Forever](#). The Oakland Institute, 2018 (acessado janeiro 2019).

(3) Shivji, I. G. & W.B. Kapinga. 1998. *Maasai Rights in Ngorongoro, Tanzania*. London: IIED/HAKIARDHI, p. 7.

(4) Ibid.

(5) Olenasha, W. “[A World Heritage Site in the Ngorongoro Conservation Area: Whose World? Whose Heritage?](#)” In *World Heritage Sites and Indigenous Peoples’ Rights*, eds. Disko, S. and H. Tugendhat. IWGIA – Document 129, 2014. (acessado janeiro 2019), p. 193.

-
- (6) Rogers, P. J. "International Conservation Governance and the Early History of the Ngorongoro Conservation Area, Tanzania." *Global Environment*, 4 (2009): p. 88.
- (7) Ngorongoro Conservation Area Authority. "[Welcome to the Ngorongoro Conservation Area Authority.](#)" (acessado janeiro 2019).
- (8) Shivji, I. G. & W.B. Kapinga. 1998. *Maasai Rights in Ngorongoro, Tanzania*. London: IIED/HAKIARDHI, p. 9.
- (9) Rogers, P. J. "International Conservation Governance and the Early History of the Ngorongoro Conservation Area, Tanzania." *Global Environment*, 4 (2009): p. 89.
- (10) Rogers, P. J. "International Conservation Governance and the Early History of the Ngorongoro Conservation Area, Tanzania." *Global Environment*, 4 (2009): p. 97; IUCN. [Conservation of Nature and Natural Resources in modern African States: Report of a Symposium organized by CCTA and IUCN and held under the auspices of FAO and UNESCO at Arusha, Tanganyika, September 1961.](#) International Union for the Conservation of Nature and Natural Resources, 1963. (acessado janeiro 2019).
- (11) IUCN. [Conservation of Nature and Natural Resources in modern African States: Report of a Symposium organized by CCTA and IUCN and held under the auspices of FAO and UNESCO at Arusha, Tanganyika, September 1961.](#) International Union for the Conservation of Nature and Natural Resources, 1963. (acessado janeiro 2019), p. 9.
- (12) Rogers, P. J. "International Conservation Governance and the Early History of the Ngorongoro Conservation Area, Tanzania." *Global Environment*, 4 (2009): 98-99.
- (13) Shivji, I. G. & W.B. Kapinga. 1998. [Maasai Rights in Ngorongoro, Tanzania.](#) London: IIED/HAKIARDHI, p. 13.
- (14) United Republic of Tanzania. *Wildlife Conservation Act, No. 12, 1974*. 30 de julho de 1974. (acessado janeiro 2019).
- (15) United Republic of Tanzania. [An Act to amend the National Parks Ordinance and the Ngorongoro Conservation Ordinance, No. 14, 1975](#). 12 de Agosto de 1975. (acessado fevereiro 2018), Sec 9a.
- (16) Shivji, I. G. & W.B. Kapinga. 1998. *Maasai Rights in Ngorongoro, Tanzania*. London: IIED/HAKIARDHI, p. 5.
- (17) Olenasha, W. "[A World Heritage Site in the Ngorongoro Conservation Area: Whose World? Whose Heritage?](#)" In *World Heritage Sites and Indigenous Peoples' Rights*, eds. Disko, S. and H. Tugendhat. IWGIA – Document 129, 2014. (acessado janeiro 2019), p. 189-220.
- (18) Para mais detalhes sobre a remoção dos Maasai das funções de governança da ACN, consulte: Mittal, A. and E. Fraser. [Losing the Serengeti: The Maasai Land that Was to Run Forever](#). The Oakland Institute, 2018. (acessado janeiro 2019), p. 22-24.
- (19) Ibid., P. 24
- (20) Olenasha, W. "[A World Heritage Site in the Ngorongoro Conservation Area: Whose World? Whose Heritage?](#)" In *World Heritage Sites and Indigenous Peoples' Rights*, eds. Disko, S. and H. Tugendhat. IWGIA – Document 129, 2014. (acessado janeiro 2019), p. 189-220.
- (21) Veja, por exemplo: African Commission on Human and Peoples' Rights. [The Research and Information Visit to the United Republic of Tanzania, 21 de janeiro a 6 de fevereiro de 2013.](#) (acessado janeiro 2019).
- (22) Para mais informações, veja Mittal, A. and E. Fraser. [Losing the Serengeti: The Maasai Land that Was to Run Forever](#). The Oakland Institute, 2018. (acessado janeiro 2019).
- (23) Kolumbia, L. "[Ngorongoro eviction victims now pondering court option.](#)" *The Citizen*, 1^o de setembro de 2017. (acessado janeiro 2019).
- (24) "[Maasai Villagers Win a Major Victory in the East African Court of Justice in Case Against Tanzanian Government.](#)" *The Oakland Institute*, 27 de setembro de 2018. (acessado janeiro 2019).
- (25) Comunicação com membros da comunidade na região.
- (26) "[Tanzania Tourist Arrivals Increase by 12.9% in 2016 to Reach 1.28 M.](#)" *Tanzania Invest*, 26 de

maio de 2017. (acessado janeiro 2019).

(27) Mittal, A. and E. Fraser. [Losing the Serengeti: The Maasai Land that Was to Run Forever](#). The Oakland Institute, 2018. (acessado janeiro 2019).

(28) Para obter citações e documentação completas sobre essas alegações, consulte: Mittal, A. and E. Fraser. [Losing the Serengeti: The Maasai Land that Was to Run Forever](#). The Oakland Institute, 2018. (acessado janeiro 2019).

(29) *Ibid.*

(30) *Ibid.*; [“Maasai Villagers Face Intimidation & Arrests as They Take the Tanzanian Government to Court for Burning of Homes & Human Rights Abuses in 2017.”](#) *The Oakland Institute*, 6 de junho de 2018. (acessado janeiro 2019); [“Repression Intensifies against Maasai Villagers in Tanzania as They Seek Justice Against Decades of Human Rights Abuses at the East African Court of Justice.”](#) *The Oakland Institute*, 5 de julho de 2018. (acessado janeiro 2019).

(31) [“Tanzania Tourist Arrivals Increase by 12.9% in 2016 to Reach 1.28 M.”](#) *Tanzania Invest*, 26 de maio de 2017. (acessado janeiro 2019).

(32) Tauli-Corpuz, V. [Rights of Indigenous Peoples: Report of the Special Rapporteur of the Human Rights Council on the rights of indigenous peoples](#). United Nations General Assembly, A/71/229, 29 de julho de 2016. (acessado janeiro 2019).

(33) Para informações sobre o histórico da OBC na Tanzânia, veja: Mittal, A. and E. Fraser. [Losing the Serengeti: The Maasai Land that Was to Run Forever](#). The Oakland Institute, 2018. (acessado janeiro 2019), p. 17-21.